

COLONIALISMO DIGITAL E A REATUALIZAÇÃO DA DOMINAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA CRÍTICA HACKER- FANONIANA

Danielly Alinne Lopes da Silva¹
Felipe Barbosa²

RESUMO

O presente estudo objetiva discutir o fenômeno do colonialismo digital no contexto do capitalismo contemporâneo, com base na obra “Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana”, de Deivison Faustino e Walter Lippold (2023). Os autores propõem uma análise crítica que articula os fundamentos do pensamento de Frantz Fanon com uma perspectiva hacker, para compreender como a lógica colonial se reconfigura nas práticas digitais e nas relações tecnológicas globais. O estudo parte da compreensão de que o colonialismo, longe de ter sido superado, mantém-se atualizado por meio de mecanismos de controle simbólico, político e econômico, agora potencializados pelo uso massivo de dados, algoritmos e plataformas digitais. O referencial teórico-metodológico baseia-se na crítica decolonial, nos estudos pós-coloniais e na economia política da comunicação, abordando a centralidade do racismo estrutural, da colonialidade do poder e da subalternização epistêmica nas estruturas digitais. A pesquisa revela que o colonialismo digital atua como ferramenta de dominação invisível, assegurando a perpetuação das desigualdades históricas e o reforço da hegemonia das corporações tecnológicas dos países centrais. Um dos resultados mais significativos é que o controle e a exploração dos dados das populações periféricas reforçam a dependência estrutural dos países do Sul Global, simultaneamente em que dificultam a autodeterminação tecnológica e cultural desses povos. Conclui-se que é necessário ampliar o debate sobre soberania digital, justiça informacional e enfrentamento das formas contemporâneas de dominação colonial.

Palavras-chave: Colonialismo digital, Crítica hacker-fanoniana, Capitalismo global, Colonialidade do poder, Soberania tecnológica.

1. INTRODUÇÃO

A consolidação das tecnologias digitais como infraestrutura essencial da vida social, econômica e política no século XXI vem acompanhada de transformações profundas nas formas de dominação e controle. Longe de representar uma ruptura com os sistemas históricos de opressão, o avanço da tecnociência sob o regime do capitalismo globalizado tem operado uma sofisticada reatualização das lógicas coloniais, dando origem ao que estudiosos vêm

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Letras da Faculdade Integradas de Patos, alinne.satyaml@gmail.com;

² Graduado pelo Curso de Licenciatura Pela em Matemática da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, felypebarbosa@hotmail.com;



denominando de colonialismo digital. Esse fenômeno se manifesta por meio do extrativismo de dados, da vigilância algorítmica, da concentração de poder nas grandes corporações de tecnologia e da imposição de racionalidades técnico-informacionais eurocentradas, que perpetuam desigualdades estruturais entre o Norte e o Sul Global.

Nesse contexto, a obra *“Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana”*, de Deivison Faustino e Walter Lippold (2023), propõe uma abordagem original e contundente ao articular o pensamento de Frantz Fanon, expoente das lutas anticoloniais do século XX, com elementos da cultura hacker, entendida não como prática tecnicista, mas como postura crítica, desobediente e contra-hegemônica. Os autores propõem o que denominam de crítica hacker-fanoniana, uma ferramenta teórico-política para compreender e desestabilizar os mecanismos contemporâneos de dominação digital, sobretudo aqueles que operam pela via do racismo estrutural, da colonialidade do saber e da exploração econômica.

A importância dessa abordagem reside no fato de que grande parte da literatura sobre tecnologias digitais e colonialismo – mesmo aquela comprometida com perspectivas críticas – tende a negligenciar a centralidade do racismo na constituição do mundo digital contemporâneo. Como apontam Faustino e Lippold (2023), o silêncio sobre as dinâmicas de racialização nos debates sobre iColonialism, colonialismo de dados ou imperialismo digital é revelador: revela não apenas lacunas analíticas, mas a persistência de uma epistemologia que continua a marginalizar os saberes e experiências dos sujeitos racializados. Retomar Fanon, portanto, não é apenas um exercício teórico, mas um gesto político de enfrentamento ao epistemicídio promovido pela tecnociência colonial.

Além disso, a noção de colonialismo digital discutida na obra rompe com a ideia de que o avanço tecnológico é neutro ou inevitavelmente emancipador. Ao contrário, mostra como as plataformas digitais, os algoritmos e os sistemas de inteligência artificial são moldados por interesses econômicos e ideológicos específicos, que refletem e reforçam a lógica do capital global. Nesse cenário, os dados – considerados o “novo petróleo” – tornam-se o principal recurso a ser explorado, e os corpos, subjetividades e territórios do Sul Global são mais uma vez apropriados e instrumentalizados para a acumulação de mais-valor nos centros hegemônicos.

Do ponto de vista econômico, essa nova fase do capitalismo digital opera por meio do que autores como Nick Couldry e Ulises Mejías (2019) chamam de extrativismo de dados: a apropriação massiva e contínua de informações geradas por indivíduos e comunidades, muitas



vezes sem consentimento ou compreensão das finalidades envolvidas. Esse extrativismo não apenas produz lucro para as corporações, mas também retroalimenta sistemas de vigilância, controle social e produção de desigualdades. Do ponto de vista político, o colonialismo digital atua por meio da imposição de modelos de governança algorítmica, que escamoteiam relações de poder por trás da opacidade dos códigos e da suposta “inteligência” das máquinas.

Nesse sentido, é possível afirmar que a dominação colonial nunca foi superada – ela apenas mudou de forma, de discurso e de ferramentas. A colonialidade, conceito proposto por Aníbal Quijano (2005), permanece como eixo estruturante das relações globais, agora sob a roupagem da inovação tecnológica e do progresso digital. A diferença é que, atualmente, os processos de desumanização e exploração são mediados por tecnologias invisíveis, que operam sob a lógica da eficiência, da conveniência e da conectividade. Isso torna a dominação mais sofisticada e, paradoxalmente, mais difícil de identificar e combater.

Neste trabalho, propõe-se discutir como o colonialismo digital reatualiza as estruturas de dominação colonial, com foco especial nas implicações para as populações periféricas, racializadas e historicamente subalternizadas. A crítica hacker-fanoniana será mobilizada como lente analítica para desvelar os processos de racialização algorítmica, a concentração monopólica do conhecimento tecnológico, e a expropriação das subjetividades e saberes locais. Além disso, pretende-se refletir sobre os desafios e possibilidades da soberania digital e da justiça informacional como caminhos de resistência e reexistência no campo educacional e social.

A escolha de apresentar este debate em um congresso voltado à educação justifica-se pela urgência de incluir tais reflexões nos processos formativos. Em um cenário de crescente plataformização do ensino e de dependência tecnológica em países como o Brasil, é fundamental que educadores e pesquisadores compreendam as implicações políticas das tecnologias digitais, não apenas como ferramentas pedagógicas, mas como artefatos carregados de valores, interesses e ideologias. Como alertam Faustino e Lippold, não basta usar tecnologias – é preciso disputar seus sentidos, suas funções e seus horizontes de futuro.

Diante desse panorama, este estudo articula contribuições da economia política da comunicação, da crítica decolonial, dos estudos pós-coloniais e das epistemologias negras para analisar criticamente o lugar do Sul Global na arquitetura digital do mundo contemporâneo. Ao final, pretende-se contribuir para a construção de um campo de reflexão que ultrapasse os discursos tecnofílicos ou tecnofóbicos, propondo uma análise comprometida



com a descolonização da tecnologia e com a valorização da diversidade epistêmica, cultural e política dos povos.

2. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e com abordagem crítico-dialética. A escolha por essa perspectiva epistêmica fundamenta-se no interesse em analisar criticamente as relações de poder que estruturam o colonialismo na contemporaneidade, deslocado para o ambiente digital, conforme proposto na crítica hacker fanoniana.

O percurso metodológico será composto pelas seguintes etapas:

1. Seleção e organização do corpus teórico

Serão selecionados textos que discutem:

- Colonialismo e colonialidade do poder.
- Frantz Fanon e sua teoria anticolonial.
- Capitalismo de vigilância, tecnopolítica e controle algorítmico.
- Cultura hacker como prática de resistência e subversão.

2. Procedimento analítico: análise de conteúdo temática

A análise seguirá a técnica de Análise de Conteúdo (Bardin), com enfoque em categorias teóricas, tais como:

- Racialização algorítmica e continuidade das violências coloniais.
- Extração de dados como expropriação e exploração da subjetividade.
- Resistência hacker como práxis emancipatória.
- Tecnologias como campo de disputa política e cultural.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão das relações sociais, políticas e econômicas no mundo contemporâneo exige o reconhecimento da persistência da lógica colonial como elemento estruturante da modernidade. Embora os processos formais de colonização tenham sido encerrados em grande parte do século XX, as estruturas de dominação que os sustentaram permanecem ativas e reconfiguradas em novas formas de controle. É nesse sentido que o sociólogo peruano



Aníbal Quijano (2005) propõe o conceito de colonialidade do poder, que se refere à permanência de padrões coloniais de dominação mesmo após o fim das administrações coloniais diretas. Para o autor, a colonialidade opera como matriz de poder que articula dimensões econômicas, políticas, culturais e epistêmicas, organizando o mundo a partir de hierarquias raciais, de gênero e de conhecimento.

Essa perspectiva é central para entender por que a modernidade e a colonialidade não são fenômenos dissociados, mas, ao contrário, co-constitutivos. A modernidade, entendida como projeto civilizatório europeu, funda-se na imposição de uma lógica eurocêntrica de conhecimento e de organização social que naturaliza desigualdades globais. Nesse processo, a racialização desempenha papel fundamental: a classificação das populações em termos de “raças” não é apenas uma questão de discriminação social, mas um eixo de estruturação do capitalismo global. Quijano argumenta que o trabalho forçado de populações indígenas e africanas escravizadas constituiu a base econômica do sistema-mundo moderno, ao mesmo tempo em que legitimava a inferiorização desses sujeitos como “não plenamente humanos”.

Autores como Enrique Dussel (1994) e Walter D. Mignolo (2011) aprofundam essa análise ao ressaltar a dimensão epistêmica da colonialidade. Segundo eles, o colonialismo não se limitou à exploração econômica e territorial, mas impôs também um modelo exclusivo de racionalidade, estabelecendo uma geopolítica do conhecimento que marginalizou saberes locais, indígenas, africanos e populares. O processo de colonização, portanto, implicou um verdadeiro epistemicídio, na medida em que destruiu ou deslegitimou outras formas de produção de conhecimento, substituindo-as por uma ciência universalizante e eurocentrada. Essa hierarquização epistêmica se perpetua na contemporaneidade, quando as universidades, centros de pesquisa e organismos internacionais continuam a valorizar determinados modos de saber em detrimento de outros.

No século XXI, as formas de dominação global se atualizam em novas configurações. A globalização neoliberal, intensificada a partir da década de 1990, ampliou a dependência econômica dos países periféricos em relação aos centros hegemônicos, ao mesmo tempo em que consolidou mecanismos de governança mundial baseados em instituições financeiras multilaterais e em corporações transnacionais. Esse processo reforça a colonialidade, pois mantém os países do Sul Global em posição subalterna na divisão internacional do trabalho e da produção de conhecimento. Além disso, as tecnologias digitais, apresentadas frequentemente como expressão do progresso e da neutralidade técnica, tornaram-se novos



instrumentos de reprodução dessas desigualdades.

Nesse contexto, autores como Achille Mbembe (2016) contribuem ao discutir a dimensão necropolítica da contemporaneidade. Para Mbembe, os Estados e corporações globais exercem um poder que vai além do controle da vida: eles decidem também sobre quais vidas são descartáveis e quais merecem ser preservadas. A necropolítica evidencia que a colonialidade se manifesta hoje em práticas de segregação, vigilância e criminalização de populações racializadas e periféricas, que seguem sendo alvo de violência sistêmica. A precarização das condições de vida, a exploração de trabalhadores migrantes e a marginalização de territórios inteiros evidenciam que a lógica colonial permanece operando sob novas roupagens.

Outro elemento importante é a naturalização do discurso do progresso tecnológico como inevitável e universal. Esse discurso oculta as assimetrias globais na produção e no uso da tecnologia, reforçando a ideia de que os países do Sul devem apenas consumir inovações desenvolvidas no Norte. Assim, as novas formas de dominação não se dão apenas por meios econômicos e militares, mas também pela imposição de padrões culturais, epistemológicos e tecnológicos. A colonialidade contemporânea, portanto, articula tanto o controle material quanto o controle simbólico, perpetuando uma divisão global que legitima a exploração e a marginalização de determinados povos.

Em síntese, a análise da colonialidade e da dominação no mundo contemporâneo revela que o colonialismo não foi superado, mas transformado. Ele se expressa hoje na manutenção de estruturas raciais, econômicas e epistêmicas que hierarquizam povos e saberes. Reconhecer essa permanência é condição essencial para compreender os desafios da atualidade e, sobretudo, para pensar caminhos de resistência que passem pela valorização da diversidade epistêmica, pela descolonização do saber e pela busca de alternativas contra-hegemônicas de organização social.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A consolidação das tecnologias digitais no século XXI, longe de promover uma ruptura emancipatória com os sistemas de opressão histórica, tem reatualizado mecanismos de dominação baseados em desigualdades raciais, econômicas e epistêmicas. Nesse cenário, a obra *Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana*, de Deivison Faustino e Walter Lippold (2023), apresenta uma proposta inovadora de leitura crítica ao articular o pensamento



anticolonial de Frantz Fanon com a ética e a postura da cultura hacker. Essa combinação resulta em uma perspectiva teórico-política que os autores denominam crítica hacker-fanoniana, capaz de iluminar as formas contemporâneas de colonialismo digital e apontar caminhos de resistência.

O pensamento de Frantz Fanon (1961), especialmente em *Os condenados da terra* e *Pele negra, máscaras brancas*, permanece fundamental para compreender as dinâmicas de dominação racial e colonial. Fanon destacou que o colonialismo não se sustentava apenas por meio da violência material e do controle econômico, mas também pela interiorização da inferioridade nos sujeitos colonizados, processo que ele denominou de alienação cultural e psicológica. A luta anticolonial, portanto, deveria ser não apenas política, mas também epistêmica e subjetiva, envolvendo a desconstrução das hierarquias impostas pela lógica colonial.

A cultura hacker, por sua vez, compreendida em sua dimensão política e não meramente tecnicista, constitui um ethos de desobediência, criatividade e contestação da ordem estabelecida. Desde sua origem, o movimento hacker esteve associado à ideia de que a tecnologia não é neutra e de que seus usos podem ser direcionados para fins emancipatórios ou de dominação. A postura hacker envolve, assim, uma atitude crítica diante dos sistemas fechados, da opacidade dos códigos e da concentração de poder nas mãos de grandes corporações. Nesse sentido, o hacker não é apenas um programador habilidoso, mas um sujeito político que tensiona os limites daquilo que lhe é imposto, buscando abrir brechas para práticas alternativas.

A crítica hacker-fanoniana, conforme delineada por Faustino e Lippold (2023), emerge da intersecção entre esses dois horizontes: de um lado, a denúncia fanoniana da violência estrutural da colonialidade e do racismo; de outro, a insurgência hacker contra os sistemas de controle digital. Essa fusão permite compreender o colonialismo digital não apenas como um fenômeno técnico ou econômico, mas como um dispositivo de poder que se ancora na racialização, na subalternização epistêmica e na expropriação de saberes. Se Fanon nos mostra como a colonialidade atua sobre os corpos e as subjetividades, a cultura hacker oferece ferramentas simbólicas e práticas para subverter essa lógica por meio da desobediência tecnológica.

Um dos pontos centrais dessa crítica é a percepção de que os algoritmos e plataformas não operam de forma neutra, mas são impregnados de valores, interesses e ideologias que



refletem a lógica capitalista e eurocêntrica. Nesse sentido, a racialização algorítmica — isto é, a reprodução de preconceitos raciais nos sistemas de inteligência artificial — exemplifica como o colonialismo digital perpetua desigualdades históricas. Safiya Noble (2018), em *Algorithms of Oppression*, mostra como mecanismos de busca na internet reforçam estereótipos raciais e de gênero, enquanto Ruha Benjamin (2019), em *Race After Technology*, evidencia como a “discriminação algorítmica” aprofunda exclusões. A crítica hacker-fanoniana dialoga com esses estudos ao demonstrar que tais processos não são falhas isoladas, mas parte de uma estrutura sistêmica de dominação.

Enquanto ferramenta de resistência, essa crítica busca fomentar práticas de soberania digital, justiça informacional e descolonização da tecnologia. Isso significa pensar estratégias que desafiem a concentração monopólica do conhecimento tecnológico e que promovam a valorização de saberes locais, coletivos e comunitários. Inspirados por Fanon, Faustino e Lippold ressaltam que a luta contra o colonialismo digital não pode ser apenas reformista, mas precisa ser radical, confrontando as raízes estruturais do problema. Inspirados pela cultura hacker, defendem também a abertura de códigos, a transparência dos algoritmos e a criação de alternativas tecnológicas que escapem à lógica da mercantilização e do controle.

No campo da educação, a crítica hacker-fanoniana revela-se especialmente fecunda. Em tempos de crescente plataformização do ensino, em que ambientes digitais de aprendizagem são controlados por grandes empresas, é urgente que educadores compreendam a dimensão política e colonial dessas ferramentas. Mais do que utilizar tecnologias em sala de aula, é necessário questionar seus pressupostos, disputar seus sentidos e estimular práticas pedagógicas de resistência. Isso implica formar estudantes não apenas como usuários, mas como sujeitos críticos capazes de compreender e transformar as estruturas digitais que os cercam.

Em síntese, a crítica hacker-fanoniana oferece um horizonte teórico e prático para desvelar e enfrentar as novas formas de dominação inscritas no colonialismo digital. Ao articular Fanon e a cultura hacker, essa perspectiva possibilita tanto a análise das continuidades coloniais no mundo digital quanto a construção de alternativas de resistência baseadas na criatividade, na desobediência e na valorização da diversidade epistêmica. Trata-se, portanto, de uma ferramenta indispensável para pensar os desafios contemporâneos da luta anticolonial e para construir caminhos de emancipação em um cenário marcado pela centralidade da tecnologia na vida social, política e educacional.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso analítico deste trabalho demonstrou que o colonialismo digital não é mera metáfora, mas uma reestruturação profunda da lógica de dominação global no século XXI. A articulação entre capitalismo de plataforma, racismo estrutural e colonialidade epistêmica evidencia como a exploração de dados, a vigilância algorítmica e a imposição de racionalidades eurocentradas perpetuam desigualdades históricas. Assim, reafirma-se que modernidade e colonialidade são indissociáveis, e que a tecnologia constitui um campo de disputa política, econômica e cultural.

A crítica hacker-fanoniana revelou-se uma ferramenta potente para compreender essas dinâmicas. Enquanto Fanon ressalta a centralidade da racialização e da alienação cultural, o ethos hacker oferece meios de questionar a opacidade dos códigos e a concentração do poder tecnológico. Essa articulação não só amplia a análise crítica, mas aponta caminhos de resistência e criação de alternativas tecnológicas contra a lógica colonial contemporânea.

Constatou-se ainda que o extrativismo de dados reproduz, no Sul Global, a exploração de recursos humanos e naturais típica da colonização clássica, comprometendo a soberania cultural e econômica. Nesse contexto, torna-se urgente debater soberania digital e justiça informacional como estratégias centrais de luta, valorizando saberes plurais e contrapondo-se ao domínio eurocêntrico.

Na educação, isso implica compreender as tecnologias digitais não apenas como recursos didáticos, mas como dispositivos políticos. Incorporar uma crítica hacker-fanoniana na prática pedagógica significa formar sujeitos críticos e insurgentes, capazes de disputar futuros alternativos. Descolonizar o digital, portanto, é tarefa inadiável, que demanda resistência criativa e coletiva para transformar a tecnologia em instrumento de pluralidade, emancipação e justiça social.

6. REFERÊNCIAS

COULDRY, Nick; MEJÍAS, Ulises A. *The Costsof Connection: How Data isColonizing Human Life andAppropriating it for Capitalism*. Stanford: Stanford University Press, 2019.

FAUSTINO, Deivison Mendes; LIPPOLD, Walter. *Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana*. São Paulo: Editora Veneta, 2023.



FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

